



ACÓRDÃO Nº342/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº11930/2020.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Câmara Municipal de Coari

4- Exercício: 2019

5- Responsável: Keitton Wylllyson Pinheiro Batista (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM nº 10428, Any Gresy Carvalho da Silva OAB/AM nº 12.438, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM nº 6897, Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM nº 14193 Fábio Nunes Bandeira de Melo OAB/AM nº 4.331 e Bruno Vieira da Rocha Barbirato OAB/AM nº 6.975.

7- Unidade Técnica: DICAMI

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 5496/2022, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Coari. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Ciência. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Coari, referente ao exercício 2019, de responsabilidade do **Sr. Keitton Wylllyson Pinheiro Batista** - Presidente e Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, II e 24 da Lei 2.423/96.

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Keitton Wylllyson Pinheiro Batista** no valor de **R\$ 1.706,80** e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, com fundamento no art. 54, I, "a" da Lei n. 2423/1996 c/c art. 308, I, "a" da Resolução TCE n. 04/2002, pela restrição n. 07 do Relatório Conclusivo n. 109/2021-DICAMI, na esfera Estadual para o



ACÓRDÃO Nº342/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Keitton Wyllyson Pinheiro Batista no valor de **1.706,80** e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, com fundamento no art. 54, VII da Lei n. 2423/1996 c/c art. 308, VII da Resolução TCE n. 04/2002, pela restrição n. 04 e 08 do Relatório Conclusivo n. 109/2021-DICAMI, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;



ACÓRDÃO Nº342/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.4. Recomendar à Câmara Municipal de Coari que:

10.4.1. Cumpra com o máximo zelo a Lei de Licitações e Contratos;

10.4.2. Observe com o máximo zelo as disposições da Lei Complementar n. 131/2009 – Lei da Transparência;

10.4.3. Observe com cautela a Lei complementar nº 101/2000;

10.4.4. Cumpra com o máximo rigor a Lei n. 4.320/64, bem como, as normas e princípios contábeis aceitos em território nacional.

10.5. Dar ciência da decisão ao **Sr. Keitton Wyllyson Pinheiro Batista**.

10.6. Arquivar os autos nos termos regimentais.

11- Ata: 6ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 7 de Março de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente– não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO

Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral